ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA AMBIENTAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

CONSIDERANDO:

A fraterna e tradicional amizade que une os dois países;

A necessidade de tornar cada vez mais efetivos os princípios de boa-vizinhança e estreita cooperação entre os dois países;

O espírito do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, de 12 de junho de 1975;

O Acordo para a Criação dos Comitês de Fronteira, assinado em 14 de dezembro de 1989;

A Declaração Conjunta sobre Meio Ambiente, assinada pelos Presidentes em 16 de setembro de 1991, que consigna a decisão de negociar um Acordo dispondo sobre as seguintes matérias, entre outras: conservação da diversidade biológica e dos recursos hidrobiológicos, prevenção de acidentes e catástrofes, tratamento de dejetos e produtos nocivos ou perigosos, desertificação, atividade humana e meio ambiente, compatibilização e padronização de legislações nas áreas de poluição industrial, insumos agrícolas, saneamento, resíduos sólidos, uso do solo, meio ambiente urbano, contaminação transfronteiriça, educação e informação;

A Declaração de Canela, de 21 de fevereiro de 1992, que estabelece posições comuns dos países do Cone Sul sobre meio ambiente e desenvolvimento;

Os princípios da Declaração de Estocolmo de 1972 e da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992;

As ações de cooperação previstas na Agenda 21, aprovada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;

O direito soberano dos Estados de explorar seus próprios recursos segundo suas políticas de meio ambiente e desenvolvimento, e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou em áreas além dos limites da jurisdição nacional;

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

1. As Partes Contratantes comprometem-se a intensificar a cooperação destinada a proteger e conservar o meio ambiente, como parte de seus esforços nacionais para o desenvolvimento sustentável.

2. Os objetivos principais da cooperação serão os seguintes:

a) a proteção, a conservação e a recuperação do meio ambiente;

b) a gestão, a conservação e o uso racional dos recursos naturais para fins domésticos, urbanos, científicos, agropecuários, industriais, de transporte, turísticos e econômicos em geral;

c) o estabelecimento de métodos de monitoramento e de avaliação de impacto ambiental, bem como seu aperfeiçoamento;

d) a solução coordenada das questões relacionadas aos impactos ambientais derivados de atividades desenvolvidas na região fronteiriça, dentro do espírito de amizade prevalecente entre os dois países;

e) a proteção da saúde humana e animal e a elevação dos níveis de bem-estar social e econômico dos habitantes da região fronteiriça;

f) a troca de informações e a cooperação sobre questões de interesse nacional e global relativas a meio ambiente e desenvolvimento.

ARTIGO 2

1. Para os efeitos do presente Acordo, a expressão "região fronteiriça" designa a área compreendida dentro de cento e cinqüenta quilômetros em ambos os lados das linhas divisórias terrestres, fluviais e marítimas existentes entre as Partes Contratantes.

2. As questões referentes à região fronteiriça serão objeto de atenção preferencial das Partes Contratantes na aplicação do presente Acordo.

ARTIGO 3

1. Cada Parte Contratante adotará as medidas adequadas para prevenir, reduzir e combater os impactos ambientais significativos que atividades desenvolvidas em seu território possam produzir no território da outra Parte Contratante.

2. De conformidade com os parâmetros de impacto ambiental definidos em função do presente Acordo, cada Parte Contratante será responsável por danos causados à outra Parte Contratante em decorrência de suas próprias atividades ou de atividades efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem em território sob sua jurisdição.

3. Com vistas a determinar a responsabilidade por danos, as Partes Contratantes definirão parâmetros de impacto ambiental que serão consignados em decisões da Comissão de Cooperação em Matéria Ambiental de que trata o artigo 4.

4. Os procedimentos relativos a responsabilidade serão definidos em protocolo que as Partes Contratantes se comprometem a assinar dentro de um prazo de seis meses a contar da data de entrada em vigor do presente Acordo.

ARTIGO 4

1. As Partes Contratantes constituem, para a execução do presente Acordo, uma Comissão de Cooperação em Matéria Ambiental, subordinada às suas respectivas Chancelarias, doravante denominada "Comissão".

2. A Comissão terá as seguintes incumbências:

a) elaborar programas para o monitoramento atmosférico, dos recursos hídricos, dos solos, da vegetação, da fauna e do meio sócio-econômico;

b) promover a harmonização da legislação ambiental de ambos os países, especialmente no que se refere a padrões de qualidade ambiental e a questões específicas como uso de fertilizantes e defensivos químicos na agropecuária e interligação ou estabelecimento de sistemas comuns de tratamento de resíduos, saneamento e águas servidas de cidades e áreas urbanas fronteiriças contíguas;

c) definir, de comum acordo, os parâmetros de impacto ambiental a que se referem os parágrafos 2 e 3 do artigo 3 do presente Acordo e proceder a sua revisão periódica em função de novas circunstâncias que o justifiquem;

d) desenvolver métodos de monitoramento e de avaliação de impacto ambiental;

e) definir medidas de atenuação, redução e eliminação dos impactos ambientais identificados;

f) trocar informações sobre atividades que possam ter impacto ambiental na região fronteiriça;

g) elaborar projetos e programar ações a serem executados na região fronteiriça e verificar sua execução;

h) estudar os demais assuntos técnicos, científicos, econômicos e sociais relacionados com o desenvolvimento sustentável dos dois países;

i) estimular o intercâmbio técnico, científico e educacional;

j) as demais que lhe sejam atribuídas em função do presente Acordo e as que as Partes Contratantes convenham em outorgar-lhe.

3. No desempenho de suas funções, a Comissão procurará, tanto quanto possível, a contribuição de entidades universitárias e de pesquisa nos vários níveis dos setores público e privado.

ARTIGO 5

1. Cada Parte Contratante designará dois representantes permanentes na Comissão.

a) Além dos representantes permanentes, poderão participar das reuniões da Comissão, conforme a natureza dos temas tratados, em caráter ad hoc e como observadores, representantes de órgãos da administração pública, bem como de entidades de direito privado, nos termos do regulamento adotado pela Comissão.

b) Conforme os temas considerados em cada caso, poderão ser convidados para participar das reuniões da Comissão, em caráter ad hoc e como observadores, os representantes das respectivas comunidades fronteiriças.

2. Cada Parte Contratante comunicará à outra, por nota diplomática, a designação de seus representantes permanentes na Comissão.

3. As Partes Contratantes estabelecerão, de comum acordo, por meio de suas Chancelarias, as agendas das reuniões da Comissão.

4. A Comissão reunir-se-á, quando convocada, alternadamente no território de cada Parte Contratante.

5. A Comissão estabelecerá seu próprio regulamento.

ARTIGO 6

As Partes Contratantes trocarão informações, bem como formularão e aplicarão programas conjuntos sobre questões que possam transcender a região fronteiriça, tais como prevenção de acidentes e catástrofes, tratamento de dejetos, produtos nocivos ou perigosos e resíduos sólidos, desertificação, meio ambiente urbano, educação e informação.

ARTIGO 7

As Partes Contratantes trocarão informações e cooperarão na adoção de medidas relacionadas aos esforços internacionais para proteção da camada de ozônio, proteção e conservação da diversidade biológica, atenuação da mudança do clima e controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos.

ARTIGO 8

Salvo acordo em contrário, cada Parte Contratante arcará com o custo de sua participação na aplicação do presente Acordo, incluindo os custos do pessoal que participe de quaisquer atividades realizadas em seu âmbito.

ARTIGO 9

As Partes Contratantes facilitarão a entrada de equipamentos e de pessoal relacionados com o presente Acordo, sujeito às leis e aos regulamentos de cada Parte Contratante.

ARTIGO 10

Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais necessárias para a vigência do presente Acordo, o qual entrará em vigor 30 dias após a data da segunda notificação.

ARTIGO 11

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes mediante nota diplomática. Neste caso, a denúncia surtirá efeito um ano após a entrega da referida notificação.

Feito em Montevidéu, aos 29 dias do mês de dezembro de 1992, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI

ACUERDO ENTRE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY SOBRE COOPERACION EN MATERIA AMBIENTAL

El Gobierno de la República Federativa del Brasil
y
El Gobierno de la República Oriental del Uruguay
en adelante denominados "Partes Contratantes".

Considerando

La fraterna y tradicional amistad que une a los dos países;

La necesidad de hacer cada vez más efectivos los principios de buena vecindad y estrecha cooperación entre los dos países;

El espíritu del Tratado de Amistad, Cooperación y Comercio, de 12 de junio de 1975;

El Acuerdo para la Creación de los Comités de Frontera, firmado el 14 de diciembre de 1989;

La Declaración Conjunta sobre Medio Ambiente, firmada por los Presidentes el 16 de setiembre de 1991, que consigna la decisión de negociar un Acuerdo relativo a las siguientes materias, entre otras: conservación de la diversidad biológica y de los recursos hidrobiológicos, prevención de accidentes y catástrofes, tratamiento de desechos y productos nocivos o peligrosos, desertificación, actividad humana y medio ambiente, compatibilización y padronización de legislaciones en las áreas de contaminación industrial, insumos agrícolas, saneamiento, residuos sólidos, uso del suelo, medio ambiente urbano, contaminación transfronteriza, educación e información;

La Declaración de Canela, de 21 de febrero de 1992, que establece posiciones comunes de los países del Cono Sur sobre medio ambiente y desarrollo;

Los principios de la Declaración de Estocolmo de 1972 y de la Declaración de Río sobre Medio Ambiente y Desarrollo de 1992;

Las acciones de cooperación previstas en la Agenda 21, aprobada por la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo;

El derecho soberano de los Estados a explotar sus propios recursos según sus políticas de medio ambiente y desarrollo, y la responsabilidad de asegurar que actividades bajo su jurisdicción o control no causen daños al medio ambiente de otros Estados o en áreas más allá de los límites de la jurisdicción nacional;

Acuerdan lo siguiente:

Artículo 1

1. Las Partes Contratantes se comprometen a intensificar la cooperación destinada a proteger y conservar el medio ambiente, como parte de sus esfuerzos nacionales para el desarrollo sostenible.

2. Los principales objetivos de la cooperación serán los siguientes:

a) la protección, la conservación y la recuperación del medio ambiente;

b) la administración, la conservación y el uso racional de los recursos naturales para fines domésticos, urbanos, científicos, agropecuarios, industriales, de transporte, turísticos y económicos en general;

c) el establecimiento de los métodos de monitoreo y de evaluación de impacto ambiental, así como su perfeccionamiento;

d) la solución coordinada en asuntos relacionados a los impactos ambientales derivados de actividades desarrolladas en la región fronteriza, dentro del espíritu de amistad prevaleciente entre los dos países;

e) la protección de la salud humana y animal y la elevación de los niveles de bienestar social y económico de los habitantes de la región fronteriza;

f) el intercambio de informaciones y la cooperación sobre cuestiones de interés nacional y global relativos a medio ambiente y desarrollo.

Artículo 2

1. Para los fines del presente Acuerdo, la expresión "región fronteriza" designa el área comprendida

dentro de los ciento cincuenta kilómetros en ambos lados de las líneas divisorias terrestres, fluviales y marítimas existentes entre las Partes Contratantes.

2. Los asuntos referentes a la región fronteriza serán objeto de atención preferente de las Partes Contratantes en la aplicación del presente Acuerdo.

Artículo 3

1. Cada Parte Contratante adoptará la medidas adecuadas para prevenir, reducir y combatir los impactos ambientales significativos que las actividades desarrolladas en sus territorios puedan producir en el territorio de la otra Parte Contratante.

2. De conformidad con los parámetros de impacto ambiental definidos en función del presente acuerdo, cada Parte Contratante será responsable por los daños causados a la otra Parte Contratante como consecuencia de sus propias actividades o de las actividades realizadas por personas físicas o jurídicas que se encuentren en territorio bajo su jurisdicción.

3. A los efectos de determinar la responsabilidad por daños, las partes contratantes definirán parámetros de impacto ambiental que serán consignados en decisiones de la Comisión de Cooperación en Materia Ambiental a que se refiere el artículo 4.

4. Los procedimientos relativos a la responsabilidad serán definidos en un Protocolo que las partes contratantes se comprometen a suscribir en el plazo de 6 meses a partir de la fecha de entrada en vigor del presente acuerdo.

Artículo 4

1. Las Partes Contratantes constituyen, para la ejecución del presente Acuerdo, una Comisión de Cooperación en materia Ambiental, subordinada a sus respectivas Cancillerías, en adelante denominada "Comisión".

2. La Comisión tendrá las competencias siguientes:

a) elaborar programas sobre monitoreo atmosférico, de los recursos hídricos, de los suelos, de la vegetación, de la fauna y del medio medio socio-económico;

b) promover la armonización de la legislación ambiental de ambos países, con particular referencia a padrones de calidad ambiental y asuntos específicos como el uso de fertilizantes y preservadores químicos en el área agropecuaria y la interconexión o establecimiento de sistemas comunes de tratamiento de residuos, saneamiento y aguas servidas de las ciudades o áreas urbanas fronterizas contiguas.

c) definir de común acuerdo los parámetros de impacto ambiental referidos en los parágrafos 2 y 3 del artículo 3 del presente acuerdo y proceder a su revisión periódica en función de nuevas circunstancias que lo justifiquen.

d) desarrollar métodos de monitoreo y de evaluación del impacto ambiental.

e) definir medidas de atenuación, reducción y eliminación de los impactos ambientales identificados;

f) intercambiar informaciones sobre actividades que puedan tener impacto ambiental en la región fronteriza;

g) elaborar proyectos y programar acciones a ser ejecutadas en la región fronteriza y verificar su ejecución;

h) estudiar los demás asuntos técnicos, científicos, económicos y sociales relacionados con el desarrollo sustentable de los dos países;

i) estimular el intercambio técnico, científico y educacional.

j) las demás que le fueren atribuídas en función del presente acuerdo o que las partes convengan otorgarle.

3. En el desempeño de sus funciones, la Comisión procurará, cuando ello sea posible, la contribución de entidades universitarias y de investigación en los diversos niveles de los sectores público y privado.

Artículo 5

1. Cada parte Contratante designará dos representantes permanentes en la Comisión.

a) Además de los representantes permanentes, podrán participar de las reuniones de la Comisión, conforme a la naturaleza de los temas tratados, en carácter ad-hoc y como observadores, representantes de organismos de administración pública, así como de entidades de derecho privado, según el Reglamento adoptado por la Comisión.

b) Según los temas considerados en cada caso podrán ser invitados para participar en las reuniones de la Comisión, en carácter ad-hoc y en calidad de observadores, representantes de las respectivas comunidades fronterizas.

2. Cada parte contratante comunicará a la otra, por nota diplomática, la designación de sus representantes permanentes en la Comisión.

3. Las partes contratantes establecerán, de común acuerdo, a través de sus Cancillerías, las agendas de las reuniones de la Comisión.

4. La Comisión se reunirá cuando fuera convocada, en forma alternada en el territorio de cada Parte Contratante.

5. La Comisión establecerá su propio Reglamento.

Artículo 6

Las partes contratantes intercambiarán informaciones y formularán y aplicarán programas conjuntos sobre asuntos que puedan trascender la región fronteriza, tales como prevención de accidentes y catástrofes, tratamiento de desechos, productos nocivos o peligrosos y residuos sólidos, desertificación, medio ambiente urbano, educación e información.

Artículo 7

Las partes contratantes intercambiarán informaciones y cooperarán en la adopción de medidas relacionadas con los esfuerzos internacionales de protección de la capa de ozono, protección y conservación de la diversidad biológica, atenuación del cambio climático y control de movimientos transfronterizos de desechos peligrosos.

Artículo 8

Salvo acuerdo en contrario, cada Parte Contratante se hará cargo de los costos de su participación en la aplicación del presente Acuerdo, incluyendo los costos del personal que participe de cualesquiera actividades realizadas en su ámbito.

Artículo 9

Las partes contratantes facilitarán la entrada de equipos y de personal relacionados con el presente Acuerdo, sujeto a las leyes y reglamentos de cada Parte Contratante.

Artículo 10

Cada parte contratante notificará a la otra, por vía diplomática, el cumplimiento de las respectivas formalidades constitucionales necesarias para la vigencia del presente Acuerdo, el cual entrará en vigor 30 días después de la fecha de la segunda notificación.

Artículo 11

El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes Contratantes mediante nota diplomática. En este caso, la denuncia surtirá efecto un año después de la entrega de la referida notificación.

Hecho en Montevideo, a los días del mes de diciembre de 1992 en dos ejemplares originales en idiomas portugués y español siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY